

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Identificação e objeto do concurso

1. O presente procedimento segue a tramitação do CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL, nos termos dos artigos 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), sendo designado por “Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Privada no Bairro Nascer do Sol e nos Edifícios dos antigos equipamentos sitos às Amoreiras, Santa Cruz, Praia da Vitória”.
2. O presente Concurso tem por Objeto a celebração de um Contrato de Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Humana nas instalações referidas no número anterior, conforme previsto no caderno de encargos.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A Entidade Adjudicante é a Direção Regional de Habitação, representada pela Divisão de Habitação da Ilha terceira, pessoa coletiva n.º 600 087 166, com sede na Rua dos Italianos, nº10, 9700-099 ANGRA DO HEROÍSMO, com o telefone n.º 295204300 e-mail drh-shterceira@azores.gov.pt.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Vice-Presidente do Governo Regional, no uso de competência própria, por via da alínea c) do nº1 do art.º 30 do Decreto Legislativo Regional Nº 38/2021/A, de 23 de dezembro.

Artigo 4.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

1. O Concurso é conduzido por um Júri composto por 3 membros efetivos e dois membros suplentes, nomeados pelo órgão competente para a decisão de contratar.
2. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do presente procedimento competem ao Júri do Concurso, devendo os pedidos de esclarecimento ser apresentados, dentro do prazo legalmente estabelecido para o efeito, através da plataforma identificada no nº 1 do artigo 6.º.

CAPÍTULO II

PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Artigo 5.º

Peças do procedimento

As peças do procedimento são as seguintes:

- a) Os anúncios no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia;
- b) O presente Programa de Concurso que inclui 4 anexos;
- c) O Caderno de Encargos e anexo.

Artigo 6.º

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, acessível através do endereço eletrónico www.acingov.pt/, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das Propostas.
 2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as peças do procedimento encontram-se ainda patentes nas instalações da Entidade Adjudicante, sita na morada indicada no artigo 2.º, desde o dia da primeira publicação até ao termo do prazo fixado para a apresentação das Propostas.
 3. A plataforma é o canal único de comunicações no âmbito do presente concurso.
-

Artigo 7.º

Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das Propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos do previsto no artigo 50.º do CCP.
2. A pronúncia sobre as listas de erros e omissões é da competência da Divisão de Habitação da Ilha terceira, nos termos do artigo 50.º do CCP.

CAPÍTULO III

PROPOSTA

Artigo 8.º

Documentos que constituem as Propostas

1. A Proposta é constituída pelos documentos previstos no artigo 57º do CCP, designadamente:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), conforme previsto no Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 05.01.2016, nos termos do n.º 6 do artigo 57º do CCP, disponível em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>, devendo ser selecionadas as seguintes opções:
 - i. “Sou um operador económico”;
 - ii. “Importar um DEUCP”;
 - iii. “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma www.saphety.com;
 - iv. Selecionar o país do concorrente;
 - v. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
 - vi. No final, selecionar a opção “Imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto aos documentos da proposta.

-
- b) Proposta de Preço Global e preços parciais, contendo os preços a praticar, discriminados em todos os serviços a prestar e meios a afetar;
 - c) Identificação dos meios humanos (número de pessoas a afetar e a devida identificação pessoal e profissional [categoria profissional]) a afetar, com apresentação de eventuais certificados ou outros documentos que comprovem a formação às funções a desempenhar, cartão profissional válido e respetivos atestados de robustez física e do perfil psíquico;
 - d) Declaração de como foi feita visita ao local da obra, nos termos do anexo IV, assinada pelo representante da Entidade Adjudicante, que deverá ser feita no primeiro terço do prazo para a apresentação das propostas;
 - e) Apresentação, após visualização e estudo pormenorizado de todas as zonas a garantir a segurança, da descrição das rondas e do respetivo número, especificando a localização concreta dos pontos de ronda inamovíveis, em locais considerados estratégicos ou vulneráveis;
 - f) Quaisquer outros documentos que o proponente apresente por os considerar indispensáveis aos atributos da Proposta;
 - g) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, nos termos do artigo 16.º do presente Programa.
2. A apresentação dos documentos previstos nos números anteriores obedece ao disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

Artigo 9.º

Idioma dos documentos da Proposta

Os documentos que constituem a Proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 10.º

Modo de apresentação das Propostas

1. O Procedimento decorre integralmente na plataforma eletrónica de contratação pública identificada no nº 1 do artigo 6.º do presente Programa.
2. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. A receção das Propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes, pela plataforma eletrónica referida no ponto anterior, um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
4. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das Propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as que tenham sido assinadas e recebidas até à data e hora referidas no artigo 12.º.
5. A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as Propostas é motivo de exclusão.

Artigo 11.º

Apresentação de Propostas variantes

Não é admissível a apresentação de Propostas variantes.

Artigo 12.º

Prazo para apresentação das Propostas

1. As Propostas podem ser apresentadas até às 16:30 horas (UTC -1) do 30.º dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia, diretamente na Plataforma Eletrónica identificada no ponto 1 do artigo 6.º.
 2. O disposto no número anterior não prejudica a eventual prorrogação do prazo de apresentação das Propostas nas condições previstas no artigo 64.º do CCP.
-

Artigo 13.º

Lista dos concorrentes e consulta das Propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das Propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as Propostas apresentadas na referida plataforma.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua Proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a Proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 14.º

Prazo da obrigação de manutenção das Propostas

É de 120 (cento e vinte) dias o prazo da obrigação de manutenção das Propostas.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Artigo 15.º

Modelo de avaliação das Propostas

A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a Entidade Adjudicante, na modalidade do mais baixo preço.

Artigo 16.º

Preço anormalmente baixo

Considera-se que o preço total apresentado é anormalmente baixo quando seja 40% ou mais inferior ao preço base fixado no nº1 da cláusula 9ª do Caderno de Encargos.

CAPÍTULO V

HABILITAÇÃO

Artigo 17.º

Documentos de habilitação

1. O Adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:
 - a) Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo III do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, nos termos do artigo 40º, n.º 2 do mesmo;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - c) Certidão Permanente, para as empresas com sede e direção efetiva em Portugal ou, para as restantes empresas, o documento referido no nº 3 do artigo 2º da portaria 372/2017, de 14 de dezembro ou, ainda, declaração de compromisso de honra prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação do objeto do contrato a celebrar no estado de que é nacional, de acordo com as regras nele aplicáveis;
 - d) Alvará, emitido nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, para os seguintes serviços:
 - i. Alvará para o exercício de erviços previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 34/2013, de 16 de maio – vigilância de bens móveis e imóveis e o controlo de entrada, presença e saída de pessoas, bem como a prevenção da entrada de armas, substâncias e artigos de uso e porte proibidos ou suscetíveis de provocar atos de violência no interior de edifícios ou outros locais, públicos ou privados, de acesso vedado ou condicionado ao público.
 - e) Declaração de compromisso de confidencialidade ou contrato(s) de trabalho no qual esse compromisso já se encontre previsto, de cada um dos trabalhadores afetos à prestação dos serviços, relativa à obrigação prevista no n.º 3 da cláusula 30º do caderno de encargos.
-

f) Seguros previstos na cláusula 14ª do caderno de encargos e na Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, aplicáveis aos Adjudicatário e aos seus trabalhadores.

2. Os documentos de habilitação deverão ser redigidos em língua portuguesa ou se os respetivos documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados pelo Adjudicatário, serão concedidos 5 (cinco) dias para a supressão das mesmas, sob pena de caducidade da Adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

CAPÍTULO VI

CAUÇÃO

Artigo 18.º

Caução

1. O Adjudicatário prestará uma caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, no valor de 2% ou 10%, no caso de ser apresentado proposta com preço anormalmente baixo, do montante total do preço contratual.
 2. A Caução deve ser prestada de acordo com o disposto no artigo 90.º do CCP e pode ser promovida através de depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro caução, nos termos dos modelos constantes dos Anexos I, II, e III do presente Programa do Concurso.
 3. Não é exigida a prestação de caução desde que o Adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, ou declaração de assunção de responsabilidade solidária com o Adjudicatário, pelo mesmo montante, emitida por entidade bancária nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.
-

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 19.º

Modalidade jurídica do adjudicatário

Em caso de adjudicação, todos os membros do Adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária ou agrupamento complementar de empresas.

Artigo 20.º

Comunicações e notificações

1. Todas as comunicações entre a Entidade Adjudicante ou o Júri do Procedimento e os interessados, os Concorrentes ou o Adjudicatário, até à assinatura do Contrato Objeto do presente Procedimento, devem ser escritas e redigidas em português.
2. Para a prestação de esclarecimentos e para a comunicação de erros e/ou omissões, no âmbito do presente concurso, as comunicações deverão ser realizadas através da plataforma identificada no nº 1 do artigo 6º.

Artigo 21.º

Legislação aplicada ao concurso

O presente Concurso rege-se pelo disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro e subsidiariamente pelo disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.
